





**Sócrates e as redes sociais**

- 1 Esses dias eu li um artigo que fala sobre a relação entre a história de Sócrates e o nosso comportamento nas redes sociais. Parece meio estranho, mas a ideia é que ele tinha uma postura em relação à moral semelhante ao que muita gente quer ter hoje em dia.
- 2 Sobre Sócrates, o que a gente sabe dele vem do principal discípulo, que foi Platão. Em um diálogo chamado “Apologia de Sócrates”, Platão fala do processo que levou Sócrates a ser condenado à morte por envenenamento. De acordo com Platão, Sócrates contou que um amigo dele, Querefonte, foi ao Oráculo de Delfos e perguntou quem era o homem mais sábio. O oráculo respondeu que era Sócrates. E Sócrates ficou assustado quando soube disso, porque ele era homem simples, filho de uma parteira e de um artesão, e trabalhava como artesão, assim como o pai. Não existia nada de especial em Sócrates e ele mesmo não via motivo algum para que fosse considerado o homem mais sábio. Por conta disso, Sócrates passa a procurar alguém mais sábio do que ele – e de acordo com ele mesmo – não encontra. Pode parecer só uma falta de modéstia, mas a questão aqui é a distinção entre sabedoria e inteligência.
- 3 Sócrates encontra, naturalmente, pessoas mais inteligentes do que ele, artistas, políticos, poetas... Mas o problema é que essas pessoas acreditavam que já sabiam de tudo, ou que o que sabiam bastava. E é por isso que Sócrates conclui que nenhum deles era mais sábio. No entanto, Sócrates entende que o deus Apolo, por meio do Oráculo, não queria exaltar a sabedoria dele, mas sim mostrar que nenhum homem é sábio, mas todos podem buscar a sabedoria, todos podem ser filósofos. E, lembre, filosofia é “amor à sabedoria” e não simplesmente “sabedoria”. É justamente daí que vem a famosa frase paradoxal utilizada por Sócrates: “Só sei que nada sei”.
- 4 Sócrates é mais sábio porque ele pelo menos é capaz de reconhecer a ignorância e de ir em busca da verdade. Mas ele não sabe tudo. Então, se coloca na posição de perguntar, de questionar, de colocar contra a parede aqueles que acham que sabem. E é aqui que a analogia do texto, entre Sócrates e as redes sociais, faz sentido.
- 5 Quando estamos no YouTube, Twitter, Instagram ou qualquer outro desses serviços de redes sociais, tendemos a observar e condenar as atitudes alheias. Como se fôssemos Sócrates, vamos apontando os defeitos e as falhas dos outros como se estivéssemos fazendo um grande bem à humanidade. Desde as discussões mais sérias até as mais banais, estamos lá, questionando o saber alheio, mostrando os problemas nos argumentos, perguntando: “Você realmente sabe o que acha que sabe?”. Nada disso é errado, mas cabe uma reflexão sobre essa pretensão de verdade que nos atinge.
- 6 Muitos leitores de Platão acusam Sócrates de dissimulação. Por detrás da ironia, na verdade estaríamos diante de um homem que se acha superior aos outros e, que, por isso, se vê no direito de mostrar que eles estão errados, humilhando os adversários, exibindo o seu conhecimento. E, você, quando está na internet, não se sente um pouco assim?

Disponível em: <https://marcosramon.net/blog/socrates-e-as-redes-sociais>

## Questão 01

Segundo o texto a reação de Sócrates ao saber da resposta do Oráculo ao seu amigo foi de:

- a) Susto.
- b) Indiferença.
- c) Comoção.
- d) Atambia.
- e) Solitude.

## Questão 02

O segmento abaixo que dá ao trecho certo grau de informalidade é:

- a) *"No entanto, Sócrates entende..."*
- b) *"... o que a gente sabe dele vem do principal discípulo..."*
- c) *"...mas a ideia é que ele tinha uma postura..."*
- d) *"Mas o problema é que essas pessoas acreditavam..."*
- e) *"...não queria exaltar a sabedoria dele..."*

## Questão 03

O item abaixo em que o elemento destacado tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- a) "... acusam Sócrates de dissimulação." - hipocrisia
- b) "... Sócrates conclui que nenhum deles..." - finalidade
- c) "... Então, se coloca na posição de perguntar..." - concessão
- d) "... Quando estamos no YouTube, Twitter, Instagram..." - proporcionalidade
- e) "... Como se fôssemos Sócrates, vamos apontando os defeitos." - temporalidade

## Questão 04

De acordo com Platão, segundo o texto, a consideração de colocar Sócrates como o homem mais sábio de seu tempo, foi motivada:

- a) Pela defesa de interesses pessoais.
- b) Por este reconhecer a sua ignorância.
- c) Através de uma sentença dada pelo Oráculo.
- d) Pelo reconhecimento da sabedoria dos homens.
- e) Pela anuência de seu amigo Querefonte.

## Questão 05

De acordo com o texto a argumentação que relaciona a história de Sócrates e o nosso comportamento nas redes sociais se dá por meio de:

- a) Dedução.
- b) Alusão histórica.
- c) Sedução
- d) Analogia.
- e) Indução.

## Questão 06

A palavra que pode sintetizar a crítica à postura comum entre o comportamento de Sócrates e o nosso nas redes sociais é:

- a) Reflexiva.
- b) Austera.
- c) Modéstia.
- d) Suntuosa.
- e) Empáfia.

## Questão 07

Segundo o texto o que Sócrates depreende da resposta do Oráculo é:

- a) Que todos os homens buscam a sabedoria.
- b) Que todos os homens têm paixão pelo conhecimento.
- c) Que a verdade se apresenta para quem não a busca.
- d) Que ele verdadeiramente não é sábio.
- e) Que a sabedoria está dentro de todos os homens.

## Questão 08

O que leva Sócrates a concluir que nenhum dos homens inteligentes encontrados em sua busca era mais sábio do que ele, foi:

- a) A humildade em se colocar como eterno aprendiz.
- b) O axioma dado pelo Oráculo.
- c) A opinião do Deus Apolo.
- d) A crença de que já sabiam tudo.
- e) A capacidade de buscar a verdade.

## Questão 09

Sobre a tipologia textual presente no texto, pode-se dizer corretamente que a organização predominante é:

- a) Argumentativa e narrativa.
- b) Descritiva e injuntiva.
- c) Expositiva e descritiva.
- d) Narrativa e descritiva.
- e) Poética e argumentativa.

## Questão 10

*“Sócrates é mais sábio porque ele pelo menos é capaz de reconhecer a ignorância e de ir em busca da verdade...” (4º parágrafo).*

Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma proposta de paráfrase para a passagem supracitada do texto. Assinale a opção em que a paráfrase proposta mantém além da correção gramatical o sentido original do texto.

- a) Sócrates é mais sábio devido ele pelo menos é capaz de reconhecer a ignorância e buscar a verdade.
- b) Sócrates é mais sábio porquanto ele pelo menos é capaz de buscar a verdade reconhecendo sua ignorância.
- c) Sócrates é mais sábio embora ele pelo menos é capaz de autoreconhecer sua ignorância e buscar a verdade.
- d) Sócrates é mais sábio ainda que ele pelo menos mostre-se capaz de reconhecer a própria ignorância e ir buscar a verdade.
- e) Sócrates é mais sábio ao passo que ele pelo menos reconhece a própria ignorância e vai buscar a verdade.

## Questão 11

Em **“No entanto, Sócrates entende que o deus Apolo, por meio do Oráculo, não queria exaltar a sabedoria dele...” (3º parágrafo)**, sobre o termo destacado neste trecho só é verdadeiro o que se afirma em:

- a) Realiza a introdução de um enunciado de valor conclusivo em relação a um ato de fala anterior.
- b) Constitui-se como uma anáfora que retoma a referência a um sintagma anteriormente usado na mesma frase.
- c) Representa uma catáfora referindo-se a um termo que se lhe segue e que lhe dá sentido.
- d) Define-se como um conector lógico de valor concessivo que indica um fato contrário ao que lhe antecede.
- e) Trata-se um operador argumentativo que liga enunciados que constituem argumentos orientados para uma conclusão distinta da que o antecede.

## Questão 12

Sobre o trecho em destaque *“...o deus Apolo, não queria exaltar a sabedoria dele, mas sim mostrar que nenhum homem é sábio”*, é correto o que se afirma em:

- a) Trata-se de um período composto por subordinação.
- b) A concatenação entre as orações é feita por uma palavra relacional de valor explicativo.
- c) Indica uma proporcionalidade em relação ao fato descrito na oração anterior.
- d) Exprime uma contraposição ao fato apresentado na oração anterior.
- e) Expressa uma consequência de um fato posterior presente na oração principal.

## Questão 13

Temos factivelmente uma oração subordinada adverbial causal na opção:

- a) *“Sócrates encontra, naturalmente, pessoas mais inteligentes do que ele...”*
- b) *“Como se fôssemos Sócrates...”*
- c) *“Você realmente sabe o que acha que sabe?”*
- d) *“E, você, quando está na internet, não se sente um pouco assim?”*
- e) *“Sócrates é mais sábio porque ele pelo menos é capaz de reconhecer a ignorância...”*

## Questão 14

Sobre a oração *“Sócrates **se** foi para sempre”*, a análise do termo destacado foi corretamente registrado na opção:

- a) Pronome relativo com função de sujeito.
- b) Objeto indireto recíproco.
- c) Complemento nominal.
- d) Partícula expletiva.
- e) Conjunção condicional.

## Questão 15

No trecho *“O **oráculo** respondeu que era Sócrates...”* o vocábulo destacado foi acentuado corretamente pela mesma razão que:

- a) Sábio.
- b) Modéstia.
- c) Sócrates.
- d) Idéia.
- e) Adversário.

**Legislação e Atualidades****Questões De 16 a 25****Questão 16** ◆

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A autoexecutoriedade é um atributo universal, pois está presente em todos os atos administrativos.
- b) A imperatividade é um atributo universal, pois está presente em todos os atos administrativos.
- c) A autoexecutoriedade é o atributo dos atos administrativos de serem executados como estão, independentemente de qualquer outra regulamentação ou disposição.
- d) O atributo da imperatividade dos atos administrativos decorre do poder extroverso da Administração Pública.
- e) A autoexecutoriedade é um mecanismo de coerção indireta.

**Questão 17** ◆

Sobre o objeto dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O ato será válido independentemente da licitude de seu objeto.
- b) Diferentemente dos atos particulares, os atos administrativos não precisam ter objeto determinado ou determinável.
- c) O objeto dos atos administrativos é sempre vinculado.
- d) A autorização para funcionamento de um circo em terreno público é um exemplo de ato administrativo com objeto discricionário.
- e) Em uma multa, pode-se dizer que punir o particular por transgredir norma administrativa constitui o motivo do ato.

**Questão 18** ◆

Pelo requisito da generalidade, os serviços públicos devem ser prestados:

- a) De modo barato e acessível, para que ninguém tenha seu acesso aos serviços públicos impedidos.
- b) Com qualidade e modernidade, de modo a alcançar de forma mais geral as necessidades dos administrados.
- c) Sem qualquer distinção discriminatória que gere prejuízo, ofensa ou privilégio indevido de usuários.
- d) De forma ininterrupta.
- e) De modo mais genérico possível, evitando-se a especificidade de caso a caso.

**Questão 19** ◆

O servidor público pode ser responsabilizado penalmente por praticar conduta que a lei tipifique como infração penal. Acerca do tema, observe os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

- I. A responsabilização penal somente pode ser atribuída pelo Poder Judiciário.
  - II. É possível que o servidor sofra responsabilização penal mesmo não incorrendo em responsabilidade civil ou administrativa.
  - III. Condenações penais por crime funcional não importam em responsabilidade correspondente no âmbito administrativo.
- a) Apenas I é falso.
  - b) Apenas I e II são falsos.
  - c) Apenas II é falso.
  - d) Apenas II e III são falsos.
  - e) Apenas III é falso.

**Questão 20** ◆

Tibério, servidor público, sofreu condenação por reincidência no crime de abuso de autoridade em maio de 2022, ficando inabilitado para o exercício de cargo público pelo tempo máximo previsto em lei, conforme declarado em sentença. De acordo com a legislação aplicável, Tibério sofrerá o impedimento até o ano de:

- a) 2024.
- b) 2026.
- c) 2027.
- d) 2030.
- e) 2032.

## Questão 21

Acerca da ética aplicada ao serviço público, assinale a única alternativa incorreta:

- a) O servidor público tem o dever ético de fazer uso dos equipamentos mais modernos e processos mais tecnológicos que estiverem ao seu alcance para prestar o serviço público de forma mais eficiente possível.
- b) Ao servidor público não é lícito receber qualquer tipo de vantagem, benefício ou presente em troca de seus serviços, que não seja a sua própria remuneração.
- c) A apropriação, por um servidor público, de uma caneta pertencente ao órgão em que trabalha, já é suficiente para configurar conduta antiética, visto que o princípio da bagatela não se aplica às relações do serviço público.
- d) Apresentar-se embriagado em expediente é conduta antiética, sujeita às reprimendas cabíveis.
- e) A alegação de espírito de solidariedade é motivo válido e suficiente para justificar a conduta de servidor que se absteve de representar contra colega que viu agir com erro ou afronta às condutas éticas.

## Questão 22

Sobre o Estado do Maranhão, assinale a única alternativa incorreta:

- a) A exploração da carnaúba e do babaçu é uma das principais atividades econômicas do Maranhão.
- b) Seus dois principais rios são o Tocantins e o Madeira.
- c) O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas e o Centro Histórico de São Luís são os três principais pontos de exploração turística do Estado.
- d) A separação entre o Maranhão e o Grão-Pará se deu em 1772, após os portugueses conseguirem retomar o domínio da região.
- e) Aloísio Azevedo, Graça Aranha e Gonçalves Dias são exemplos de maranhenses notórios no meio cultural brasileiro.

## Questão 23

A pandemia de Sars-Cov-2, causadora da Covid-19, completou dois anos e meio em julho de 2022. Em agosto do mesmo ano, os números alcançaram patamares alarmantes, motivando a recomendação de cuidados pelas autoridades. De acordo com as estatísticas oficiais divulgadas pelas autoridades, em agosto de 2022, o Brasil já contabilizava aproximadamente:

- a) 34,1 milhões de casos e 681 mil mortes.
- b) 17,8 milhões de casos e 422 mil mortes.
- c) 14,7 milhões de casos e 1,2 milhão de mortes.
- d) 62 milhões de casos e 553 mil mortes.
- e) 22,8 milhões de casos e 783 mil mortes.

## Questão 24

Acerca do desenvolvimento sustentável, assinale a alternativa correta:

- a) A noção de desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades foi apresentada no Livro “Os Limites do Crescimento”, de 1972.
- b) A sustentabilidade, conceito surgido na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Johannesburgo, em 2002, uniu a preocupação com os desenvolvimentos econômicos, ecológicos e sociais, passando a abranger os três componentes.
- c) O Relatório de Brundtland dizia que, para se viabilizar um desenvolvimento sustentável, era necessário, primeiramente, cessar com o consumo de recursos naturais e devastação para, só então, se buscar suprir a sociedade em suas necessidades básicas, como habitação, saúde, educação e alimentação.
- d) A sustentabilidade ambiental é a característica da sustentabilidade de priorizar a conservação dos recursos naturais em detrimento das necessidades e demandas humanas.
- e) A sustentabilidade econômica é o modelo de desenvolvimento sustentável que busca atribuir aos recursos naturais explorados o maior valor possível, com o objetivo de torná-los mais raros e valiosos.

## Questão 25

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no dia 9 de agosto de 2022 que o IPCA acumulado nos últimos doze meses está em 10,07%. Isso significa que:

- a) A inflação brasileira atingiu 10,07% neste período.
- b) A taxa de juros da economia atingiu 10,07 no período.
- c) Que os salários tiveram reajuste de 10,07% no período.
- d) Que os preços dos produtos reduziram em média 10,07%.
- e) Que o consumo de produtos aumentou 10,07% nos últimos dozes meses.

## Conhecimentos Específicos

### Questões De 26 a 50

## Questão 26

O Direito ordena muitas coisas no cenário social buscando solucionar conflitos e regular as condutas. Dentro dessa ciência encontramos o aspecto tributário que veio regular a atividade financeira do Estado dando a este a forma necessária de recursos para suprir os anseios da sociedade através da receita dos tributos. Mas para que o Estado tenha a competência de cobrar essa receita tributária faz-se necessário uma legislação que lhe forneça a competência necessária para tanto, logo sobre esse assunto marque a alternativa incorreta:

- a) O decreto regulamentador tributário não é obrigatório, e não são todos os tributos que possuem decreto regulamentador. Muitos entes federativos instituem e cobram tributos valendo-se apenas da lei ordinária.
- b) O regulamento tributário faz a consolidação, em um texto único, de diversas leis sobre um tributo, além de estabelecer regras relativas a obrigações acessórias.
- c) A Constituição Federal limita-se a dar aptidão e a atribuir competência tributária estabelecendo os tributos possíveis de serem criados, assim como os entes aptos a criar cada tributo.
- d) As normas complementares não podem modificar as leis, nem os decretos e regulamentos, por isso não asseguram ao contribuinte o direito de não pagar um tributo que seja efetivamente devido, nos termos da lei.
- e) Os tratados internacionais prevalecem sobre a legislação interna, seja anterior ou mesmo posterior, revogando assim a lei com ele conflitante e incompatível em matéria tributária.

## Questão 27

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Este é o conceito de tributo trazido no Código Tributário. Sobre esse conceito, julgue os itens a seguir:

I. A administração Tributária está autorizada a receber pagamento de um tributo expresso em unidades fiscais de referência, chamados de indexadores, como UFIR, OTN, etc., não descaracterizando assim o pagamento em pecúnia.

II. Sobre a regra de prestação pecuniária pode ocorrer em relação a um tipo específico de situação de extinção do crédito tributário por meio da dação em pagamento de bens imóveis, visto que, o CTN prevê as possibilidades de extinção do crédito tributário, sendo uma dessas a possibilidade de extinção do crédito tributário por meio da dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

III. Um contrabandista de armas comprou uma casa de um milhão de reais, e esqueceu-se de declarar ao imposto de renda, tal aquisição, assim como de pagar o IPTU do imóvel, o que gerou multas, tornando assim uma obrigação principal.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) Somente em I.
- d) II e III.
- e) Somente em III.

**Questão 28**

Para fortalecimento da economia nacional e das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a nossa carta magna traz previsão elencando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. E para isso cabe a uma lei complementar estabelecer as normas gerais sobre esse tratamento diferenciado, esta lei é a 123/2006, sobre esta marque a alternativa incorreta:

- a) Permite condições de enquadramento diferenciadas por Estado a esses tipos de empresas.
- b) Definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do ICMS e da Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor.
- c) Trará também definição do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte no caso da contribuição social incidente sobre a receita ou o faturamento.
- d) O recolhimento dos tributos poderá ser unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados sendo repassada, podendo haver qualquer retenção ou condicionamento, caso o ente federativo não se adeque conforme prestação de contas pelo repasse das transferências.
- e) A arrecadação, a fiscalização e a cobrança tributária poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

**Questão 29**

Sobre a Lei Complementar Nº 123/2006 que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, julgue os itens:

I. Impor tratamento mais benéfico às microempresas e para as empresas de pequeno porte não viola o princípio da isonomia tributária, visto que estes tipos de empresas possuem capacidade contributiva distinta, afastando do regime do simples aquelas cujos sócios têm condição de disputar o mercado de trabalho sem assistência do Estado.

II. Possuem um tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

III. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrado no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) Somente em III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) Somente em I.

## Questão 30

A contribuição de melhoria é uma das espécies de tributo, cuja competência é comum de todos os entes federativos, por expressa previsão do artigo 145 da Constituição Federal, que traz: “Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: III - contribuição de melhoria”. Sobre esse tributo, julgue os itens:

48) Contribuição de melhoria é um tributo vinculado, cujo fato gerador é a valorização de imóvel do contribuinte, decorrente de obra pública.

73) A função da contribuição de melhoria é fiscal, mas tem também importante função redistributiva, visto que é a espécie de tributo cujo fato gerador é a valorização do imóvel do contribuinte, decorrente de obra pública, e tem por finalidade a justa distribuição dos encargos públicos, fazendo retornar ao Tesouro Público o valor despendido com a realização de obras públicas, na medida em que desta decorra valorização de imóveis.

84) Não é a realização da obra pública que gera a obrigação de pagar contribuição de melhoria; a obrigação só nasce se a obra decorrer valorização, no caso, ter o critério do benefício sendo um aumento no valor do imóvel do contribuinte.

O somatório dos itens corretos é:

- a) 48.
- b) 121.
- c) 157.
- d) 132.
- e) 205.

## Questão 31

Competência tributária é a possibilidade conferida pela Constituição Federal aos entes federativos de instituírem em seus territórios determinados tributos. Diante dessa autorização constitucional, o ente pode, por meio de lei stricto sensu, instituir o tributo em seu território. Sobre competência tributária e as suas limitações, marque a alternativa incorreta:

a) No Brasil, a Constituição Federal não cria tributos, esta apenas limita-se a dar aptidão e a atribuir competência, estabelecendo os tributos possíveis de serem criados, assim como os entes aptos a criar cada tributo.

b) A competência tributária ela é indelegável significando a impossibilidade de o ente competente autorizar outro a exercer sua competência, ou seja, a competência atribuída pela CF somente pode ser exercida pelo ente originariamente definido.

c) Mesmo que o ente tributante não exerça a competência, só exercê-la no momento que achar conveniente, a competência é incaducável.

d) A isonomia é um princípio universal de justiça que em matéria tributária iguala-se a capacidade contributiva tributária, pois nestes encontramos a ideia de igualdade no sentido de proporcionalidade.

e) É vedado aos titulares de competência tributária estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, não podendo haver agravamento do ônus tributário pelo fato de ser interestadual, ou intermunicipal, a operação.

**Questão 32**

A relação entre o Estado e os contribuintes não é uma relação de puramente de poder - ato de império, mas uma relação jurídica. Essa relação é o objeto essencial do Direito Tributário, que é a natureza obrigacional, constante em lei e que surge com um fato previsto nessa para a norma produzir efeito. Logo sobre a Obrigação Tributária, julgue os itens:

I. A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador, essa obrigação enseja o surgimento do crédito tributário que é a consolidação da relação jurídico-tributária.

II. O instituto da obrigação tributária trata-se de um liame jurídico estabelecido entre Estado e Particular, onde aquele - sujeito ativo - amparado pela lei tributária poderá exigir deste - sujeito passivo - uma prestação tributária tanto positiva quanto negativa.

III. A sujeição ativa e passiva são os elementos subjetivos da relação jurídico-tributária, tendo como os elementos objetivos dessa relação e precisando ser identificados os fatos que geraram a obrigação tributária, aplicar esse fato à lei tipificando-o.

Estão corretos os itens:

- a) Somente em I.
- b) Somente em III.
- c) I, II e III.
- d) I e II.
- e) II e III.

**Questão 33**

Está previsto no código tributário nacional, no seu Art. 113: "A obrigação jurídica tributária é principal ou acessória." Assim sobre os aspectos legais, os sujeitos da relação obrigacional, suas espécies, classificação, seus elementos e ainda, a análise das características do fato gerador, bem como as principais responsabilidades advindas deste instituto, marque a alternativa incorreta.

a) Um crédito assim como seus respectivos juros e multas são considerados obrigação tributária principal, vez que para ser uma obrigação tributária principal depende exclusivamente do seu conteúdo pecuniário. Diferente do que é apresentado na esfera civil, onde a coisa acessória segue a principal, pois só esta existe por si, abstrata ou concretamente. Logo, se uma obrigação principal for nula, nula também será a respectiva cláusula penal - multa.

b) A multa é o que o tributo não pode ser, nem por definição legal – uma sanção por ato ilícito. Desta forma, a obrigação de pagar a multa tributária é uma obrigação tributária principal, ou seja, a multa tributária não é tributo, mas a obrigação de pagá-la tem natureza tributária.

c) Pagar tributo ou multa tributária caracteriza-se como uma obrigação de dar dinheiro, sendo assim caracterizando a obrigação principal e como obrigações acessórias os atos de escriturar livros fiscais e de entregar declarações tributárias sendo estas obrigações de fazer.

d) Obrigações acessórias existem com o interesse de fiscalizar ou arrecadar tributos, criadas com a finalidade de facilitar a aplicação da obrigação tributária principal, bem como de possibilitar a comprovação do cumprimento desta fiscalização.

e) Quanto às entidades imunes, as obrigações acessórias deixam de existir, permanecem facultativas para que no interesse da fiscalização e arrecadação de tributos, pois são obrigadas a escriturar livros fiscais para que sejam fiscalizadas e devidamente verificadas, somente pelo corpo administrativo da empresa, se as condições para a fruição da imunidade permanecem presentes.

**Questão 34**

Imunidade é o dispositivo constitucional que veda a tributação de uma pessoa, de uma atividade ou de um bem. A doutrina clássica define imunidade como uma regra de não incidência constitucionalmente qualificada. Julgue os itens a seguir:

I. A imunidade é uma norma de não incidência legalmente qualificada, o ente competente através de lei é quem torna imune ou não o proposto a ser tributado.

II. A anistia assim como a imunidade e os princípios de direito tributário são limitações ao poder de tributar instituídos em lei.

III. Como forma de preservar o pacto federativo e decorrente de uma imunidade subjetiva e recíproca a Constituição Federal veda que um ente cobre imposto sobre outro ente, em relação especificamente aos impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Somente em I.

**Questão 35**

A Administração Pública Brasileira para adquirir qualquer bem ou serviço precisa se ater ao processo licitatório, neste aspecto as micros e as pequenas empresas vem desempenhando um papel relevante dentro das contratações públicas visando também a busca do desenvolvimento econômico e social, assim como um tratamento isonômico dentro do mercado nacional. Para obter esse cenário surgiu a Lei Complementar nº 123/2006 disciplinando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional nas contratações públicas brasileiras, reduzindo a margem de preferência a um direito de preferência. Porém existem as pessoas que não podem se beneficiar, “para nenhum efeito legal” (vedação plena), do tratamento jurídico diferenciado estabelecido pela LC 123. Sobre essa vedação marque a alternativa incorreta:

- a) A pessoa jurídica que seja resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos -calendário anteriores.
- b) Pessoa jurídica que cujo capital participe outra pessoa jurídica
- c) A Pessoa Jurídica que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- d) Pessoa Jurídica que tenha capital que participe pessoa física sendo inscrita como empresário ou também seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata a referida lei.
- e) Pessoa Jurídica em que titular ou sócio participe com mais de 20% (vinte por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata a referida lei.

**Questão 36**

No art. 17 da Lei Complementar 123/2006 encontram-se vedações tributárias. Essas vedações decorrem do fato de que determinadas atividades não necessitem de incentivo ou que não é de interesse do legislador apoiá-las. Sendo assim não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que:

- a) Explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).
- b) Tenha sócio domiciliado no exterior.
- c) Tenha capital participativo em entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
- d) Possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não está suspensa.
- e) Preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, incluindo a modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores.

**Questão 37**

As pessoas jurídicas que optam pelo regime do Simples Nacional realizam o recolhimento mensal e centralizado, mediante um documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições, exceto:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.
- c) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS.
- d) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.
- e) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -ICMS.

**Questão 38**

Quando analisamos o art. 5 do CTN retiramos o entendimento que o legislador adotou a corrente tripartida, ou seja, havia apenas 3 (três) tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Logo sobre as espécies tributárias e as correntes envolvidas nelas, marque a alternativa incorreta:

- a) Os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais são tributos finalísticos, ou seja, a destinação do produto de sua arrecadação é um critério relevante para diferenciá-los dos demais tributos.
- b) É relevante para qualificar a natureza jurídica do tributo a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- c) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação.
- d) Podemos classificar em taxas o poder público quando prestam determinados serviços específicos e divisíveis ao contribuinte, ou exerce o seu poder de polícia, e no caso das contribuições de melhoria quando há a realização de uma obra pública que gera valorização no imóvel do contribuinte.
- e) Após o surgimento da Constituição Federal de 1988, o entendimento predominante é o de que existem não apenas três, mas cinco espécies tributárias, dando origem à corrente pentapartida, que inclui as contribuições especiais e os empréstimos compulsórios.

## Questão 39

Saber definir se o negócio é microempresa ou empresa de pequeno porte ou até mesmo microempreendedor individual é muito importante, visto que após a abertura da empresa o empreendimento passa a arrecadar tributos e emitir nota fiscal de suas atividades, portanto o enquadramento errado do porte do negócio pode gerar multas e perdas de benefícios. Então se um empresário individual que auferiu no ano calendário anterior receita bruta de até R\$ 81.000,00, optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista pela Lei Complementar nº 123/2006, é considerado nos termos desta lei como:

- a) Microempresa.
- b) Microempreendedor Individual.
- c) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- d) Sociedade Empresaria.
- e) Empresário de Pequeno Porte.

## Questão 40

As pessoas jurídicas que se enquadrarem nas condições de ME ou EPP têm a opção de inclusão no Simples Nacional, na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irretroatível para todo o ano-calendário, e tendo a exclusão conforme a Lei Complementar nº 123/2006 e que será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes, logo dar-se na forma de ofício, exceto:

- a) De forma obrigatória, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite proporcional de receita bruta.
- b) Quando for oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, dentre outros.
- c) Na constituição da empresa ocorrer por interpostas pessoas.
- d) Quando comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.
- e) Omitir de forma reiterada da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, segurado empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe preste serviço.

## Questão 41

A Lei Complementar 101/2000 (popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) foi elaborada principalmente com o objetivo de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Caso existam despesas realizadas dentro do exercício e não pagas até dia 31 de dezembro, os governantes poderão lidar com elas de dois aspectos, como restos a pagar processados e não processados, como base nisso marque a incorreta:

- a) Há possibilidade legal para que o presidente da República contraia despesa que não seja paga integralmente no último ano de seu mandato, caso exista disponibilidade de caixa.
- b) No caso de serviços continuados, os compromissos assumidos pelo chefe do Poder Executivo, no último ano de mandato, destinados à manutenção das atividades da administração devem ter cobertura das disponibilidades de caixa pelo menos até o final do respectivo exercício.
- c) As despesas realizadas pelos municípios a partir de maio de 2019 poderão ser inscritas em restos a pagar no final do ano, desde que tenham sido liquidadas até o encerramento do exercício financeiro.
- d) Para se reduzir o risco do déficit financeiro, as despesas com construção de obras realizadas no último ano de mandando poderão ser realizadas com disponibilidades das parcelas relativas a operações de crédito que serão liberadas no ano seguinte, com base em medições de obras ou serviços realizados em dezembro daquele mesmo ano.
- e) Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, integram a dívida flutuante.

**Questão 42**

Todos os atos da administração pública precisam-se serem feitos com transparência e em cima deles desenvolvem atos de controle e fiscalização, a fim de se verificar que determinados atos seguem com o bem social público, logo são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, exceto:

- Os planos orçamentos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
- O relatório resumido da execução orçamentária.
- Os relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal em suas versões detalhadas e por projetos de governo.
- O relatório de gestão fiscal.

**Questão 43**

A transparência é princípio contido na LRF, logo no seu art. 1º §1º: “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente...”. Portanto, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência será assegurada também mediante, julgue os itens a seguir:

- A Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- O Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- A Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União, conforme disposto nesta lei.

Estão corretos os itens:

- I, II e III.
- I e II.
- I e III.
- II e III.
- Somente em I.

**Questão 44**

Segundo lição de Eduardo Sabag: “Em princípio, o tributo deve ser cobrado da pessoa que pratica o fato gerador. Nessas condições, surge o sujeito passivo direto (contribuinte). Em certos casos, no entanto, o Estado pode ter necessidade de cobrar o tributo de uma terceira pessoa, que não o contribuinte, que será o sujeito passivo indireto (“responsável tributário”). SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 635.

Sobre os conceitos de Responsabilidade Tributária, julgue os itens a seguir:

28) Essa responsabilidade há de ser atribuída a quem tenha relação com o fato gerador, isto é, a pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação. Não uma vinculação pessoal e direta, pois em assim sendo configurada está a condição de contribuinte. Mas é indispensável uma relação, uma vinculação, com o fato gerador para que alguém seja considerado responsável, vale dizer, sujeito passivo indireto.

43) A Responsabilidade por transferência é em que o responsável ocupa lugar do contribuinte desde a ocorrência do fato gerador. Deve cumprir obrigações principais e acessórias. Contribuinte não chega a participar da relação tributária.

65) Em se tratando da responsabilidade por transferência aos sucessores esta decorre do princípio de que a dívida tributária se transfere a quem recebeu o patrimônio relacionado. Nesse tipo de responsabilidade o fato gerador acontece e faz com que o contribuinte tenha que pagar, porém posteriormente ocorrem outras situações fazendo com que o tributo devido seja repassado para outra pessoa que passa a ser o responsável pelo pagamento. Esse tipo de sucessão tributária com troca de sujeito passivo ocorre nos casos de tributos relacionados a bens e ou empreendimentos adquiridos pelo responsável.

A somatória que corresponde aos itens corretos é:

- 136.
- 108.
- 93.
- 71.
- 65.

**Questão 45**

Em se tratando da responsabilidade tributária por sucessão, marque a incorreta:

- a) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- b) A Pessoa Natural ou Jurídica de Direito Privado que adquirir, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato.
- c) Na falência e na recuperação judicial o adquirente não responde pelas dívidas tributárias anteriores à aquisição do estabelecimento / fundo comercial. Sendo afastada a responsabilidade se adquirente for agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.
- d) Com relação ao adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, terá responsabilidade integral se o alienante cessar a exploração da atividade.
- e) Passam a ser pessoalmente responsáveis o adquirente ou o remitente em relação aos tributos dos bens móveis que forem adquiridos ou remidos por eles.

**Questão 46**

Em se tratando de provimento de receitas tributárias, a Administração Tributária é uma parte dentro da administração pública fundamental para o exercício da atividade financeira do Estado. Assim, pelo poder de império advindo com a legislação tributária, o Estado através da administração tributária acompanha, controla e fiscaliza o cumprimento das normas tributárias, adotando, sempre que necessárias medidas coercitivas à sua observância, tudo no interesse da arrecadação e gestão das receitas tributárias. Sobre o conjunto de atividades que visam agregar valor aos trabalhos exercidos pela Administração Tributária julgue os itens a seguir:

- I. A administração tributária consiste nos atos de fiscalizar os contribuintes e de inscrever em dívida ativa os devedores a fim de tornar possível execução fiscal do valor. No processo de Fiscalização faz-se necessário e importante para a correta constituição do crédito tributário, pois esta é o poder de conferir se o pagamento feito pelo contribuinte foi correto (lançamento por homologação) ou se o contribuinte faz jus a algum benefício. Visto que, mesmo no caso de isenção ou imunidade, deve a administração pública fiscalizar os contribuintes a fim de verificar o real cumprimento dos requisitos para o benefício.
- II. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram, portanto a fiscalização, para exercer sua atividade, pode examinar quaisquer livros, mercadorias, arquivos, documentos, etc., sendo inaplicáveis quaisquer meios legais que não permitam esses exames.
- III. As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando, necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

## Questão 47

Sobre o IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano, julgue os itens:

I. A base de cálculo é o valor venal é, basicamente, o valor de compra e venda de um imóvel estabelecido pelo órgão público. Leva em conta fatores como idade e localização do imóvel e para a determinação da base de cálculo, não se consideram o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

II. Sua alíquota varia de um Município para outro e a CF admite a possibilidade de que o IPTU seja progressivo em razão do valor do imóvel, ou seja, conforme for aumentando a base de cálculo, pode-se aumentar a alíquota.

III. As alíquotas do IPTU podem ser diferentes em relação à localização de um imóvel e diferente em relação ao uso do imóvel. E podendo também ter progressividade no tempo, sendo que o imóvel urbano não utilizado ou subutilizado pode ter IPTU progressivo no tempo.

Estão corretos os itens:

- a) Somente em I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Somente em III.

## Questão 48

Podemos admitir o conceito de Obrigação Tributária como a obrigação de o sujeito passivo ter de pagar ao sujeito ativo o tributo correspondente. A relação de obrigação tributária surge a partir do momento em que um fato descrito pela lei tributária é realizado, ou seja, uma relação jurídica que surge com um fato previsto em lei. Julgue os itens a seguir sobre esse contexto de obrigações, fato gerador, lançamento e crédito tributário:

I. O dever e o direito são incidências das normas, ou seja, o dever de alguém pagar o tributo e o direito do Estado cobrar e receber esse mesmo dar-se essa circunstância com a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal que é a situação definida e lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

II. A notificação é requisito essencial para que o crédito tributário seja líquido, certo e exigível, passando a contar, a partir dessa notificação, os prazos para pagamento, impugnação, decadencial e prescricional, conforme o caso. Existe a notificação pessoal, postal, por edital e hoje me dia eletrônica.

III. Uma determinada situação de fato pode ser ao mesmo tempo, fato gerador de uma obrigação tributária principal e de uma obrigação tributária acessória. Assim, a situação de um comerciante que promove a saída de mercadorias de seu estabelecimento faz nascer, ao mesmo tempo, a obrigação de pagar o ICMS (obrigação principal) e também a obrigação acessória de emitir a nota fiscal correspondente (obrigação acessória).

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

## Questão 49

Os municípios podem instituir o ITBI - Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis, sobre os aspectos relativos a esse imposto é correto afirmar, exceto:

- a) A CF determina que o ITBI seja devido ao Município onde estiver localizado o bem imóvel.
- b) A transmissão de direitos reais sobre os imóveis enseja a cobrança do ITBI, até mesmo os casos de direito real de garantia.
- c) Não cabe ITBI na transmissão de bens ou de direitos dos imóveis quando esse imóvel estiver sendo utilizado na incorporação do patrimônio da empresa em decorrência de realização de capital, ou de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.
- d) Caberá ITBI quando essa empresa tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, ou locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- e) Fica caracterizada a atividade preponderante para a incidência de ITBI quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 anos anteriores e nos 2 anos subsequentes à aquisição, isso em receitas decorrente de transações comerciais conforme a incidência do imposto.

## Questão 50

A Administração Pública trabalha a serviço da sociedade e para manter o Estado em ordem econômico, financeiro e social funcionando em prol de benefícios sociais e uma gestão eficiente para atender as demandas dos interesses públicos. É incorreto afirmar sobre a Administração Pública:

- a) A administração pública tanto direta como indireta e qualquer de seus poderes dos entes federativos devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Ressalvadas as nomeações para cargo em comissão descrito em lei de livre nomeação e exoneração, a investidura para cargos ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, levando em consideração a complexidade do cargo ou emprego público.
- c) Definindo critérios para a sua admissão a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- d) Por lei ordinária para definir sua área de atuação e dependente de autorização legislativa será criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- e) O compartilhamento de cadastros e informações fiscais, na forma da lei ou convênio deverá ter sua publicidade devida dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos e tendo caráter educativo, informativo ou de orientação social, e delas não podendo constar nomes, símbolos que caracterizem promoção pessoal de autoridades públicas.

